



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo D04, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 7 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Brasil está começando a colher a maior safra de cana-de-açúcar da sua história. Os preços do etanol e do açúcar se encontram em níveis bastante baixos – 85% do etanol brasileiro é consumido no mercado interno, principalmente pelos veículos flex, que já respondem por 90% das vendas de carros novos. Os benefícios do crescimento do setor são inquestionáveis: geração de 1 milhão de empregos, investimentos de 30 bilhões de dólares até 2012, perspectivas de co-gerar o equivalente a uma Itaipu e meia em bioeletricidade a partir do bagaço e da palha disponíveis e movimentação de uma pujante indústria nacional de máquinas e equipamentos.

Comparado com a gasolina, o etanol reduz em mais de 80% a emissão de gases do efeito estufa. Trata-se da mais bem-sucedida experiência comercial em combustíveis para mitigar o problema do aquecimento global. Com apenas um por cento da área agricultável do País, o etanol substituiu metade das necessidades brasileiras de combustíveis para veículos leves, superando o consumo de gasolina!

Só que de um ano para cá o etanol vive sob intenso ataque, por conta da decisão dos países ricos de substituir uma pequena parte de seu petróleo por biocombustíveis. Estados Unidos e União Européia pretendem fazer isso com milho (EUA), trigo e beterraba (União Européia) e celulose (ambos). Poderosos interesses vêm sendo afetados por essa decisão, principalmente nas indústrias alimentícias e do petróleo e se multiplicam acusações levianas e trabalhos sem base científica. Acusam-se os biocombustíveis de aumentar o preço dos alimentos, esquecendo os impactos do rápido crescimento da renda per capita nos países emergentes e do aumento do petróleo nos custos agrícolas. Renascem previsões que antevêm a falta de alimentos, a inflação e a fome. O exemplo brasileiro, porém, prova que, com as tecnologias hoje disponíveis, mais de uma centena de países tropicais poderiam produzir biocombustíveis de forma eficiente e sustentável, sem afetar a produção de alimentos, bebidas, rações e fibras.

(Marcos Sawaya Jank. **O Estado de S. Paulo**, A2, 18 de abril de 2008, com adaptações)

1. De acordo com o texto, a maior razão para os ataques contra os biocombustíveis está
 - (A) na ausência de equipamentos necessários ao desenvolvimento de uma tecnologia que ainda é pouco avançada.
 - (B) no desinteresse de parte da comunidade científica no sentido de avançar nas pesquisas sobre biocombustíveis.
 - (C) na concorrência que se estabelece em todo o mundo entre o consumo de biocombustíveis e o de gasolina.
 - (D) na preocupação generalizada em relação à sustentabilidade da preservação ambiental, especialmente no continente europeu.
 - (E) no prejuízo aos interesses financeiros de grupos poderosos, voltados para a produção de alimentos e a exploração do petróleo.

2. Considere as afirmativas abaixo.
 - I. Biocombustíveis constituem a principal razão para o aumento dos preços de alimentos em todo o mundo, o que provoca, ainda, inflação e fome.
 - II. Há toda uma conjuntura econômica favorável, decorrente do uso do etanol como substituto da gasolina, no setor automobilístico brasileiro.
 - III. O maior número de consumidores em consequência do aumento de renda e a elevação dos custos do petróleo têm influência na elevação dos preços de alimentos.

É correto o que se afirma em

 - (A) apenas I.
 - (B) apenas I e II.
 - (C) apenas II e III.
 - (D) apenas I e III.
 - (E) I, II e III.

3. *Estados Unidos e União Européia pretendem fazer isso com milho (EUA) ... (3º parágrafo)*

A expressão grifada acima substitui corretamente no texto:

 - (A) mitigar o problema do aquecimento global.
 - (B) substituir parte de seu petróleo por biocombustíveis.
 - (C) superar o consumo de gasolina.
 - (D) multiplicar acusações sem base científica.
 - (E) acusar os biocombustíveis pelo aumento do preço dos alimentos.

4. ... *superando o consumo de gasolina!*
- A presença do sinal de pontuação no final do 2º parágrafo permite afirmar corretamente que o autor
- (A) questiona a veracidade das informações constantes do parágrafo a respeito do uso do etanol.
 - (B) considera enganosa a informação sobre o uso do etanol, que vai ser retificada no parágrafo seguinte.
 - (C) destaca como extremamente importante a observação de que o etanol brasileiro é bastante rentável.
 - (D) duvida da possibilidade, constante no parágrafo, de que o mercado brasileiro seja suficientemente suprido pelo etanol.
 - (E) reafirma a convicção de que a gasolina continua sendo o combustível mais utilizado pela indústria automobilística.
-
5. ... *o etanol reduz em mais de 80% a emissão de gases do efeito estufa.* (2º parágrafo)
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal passará a ser, corretamente:
- (A) é reduzida.
 - (B) foi reduzido.
 - (C) tinha reduzido.
 - (D) serão reduzidos.
 - (E) vinha sendo reduzida.
-
6. O pronome substitui corretamente o segmento grifado, considerando-se também a colocação, em:
- (A) *a colher a maior safra de cana-de-açúcar* = a colher-lhe.
 - (B) *de co-gerar o equivalente a uma Itaipu e meia* = de co-gerá-la.
 - (C) *superando o consumo de gasolina* = superando-a.
 - (D) *que antevêem a falta de alimentos* = que a antevêem.
 - (E) *esquecendo os impactos do rápido crescimento* = esquecendo-lhes.
-
7. A concordância verbo-nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) No século XIX foi feito previsões catastróficas sobre a falta de alimentos no mundo, mas não se levou em conta os progressos da tecnologia.
 - (B) Novos usos para o etanol têm sido pesquisados, como seu emprego até mesmo em aviões, além do aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar.
 - (C) Produtos agrícolas, por sua natureza, é renovável, ao contrário do petróleo, cada vez mais escasso e, portanto, com preços cada vez mais elevados.
 - (D) Existe muitas críticas, sempre dirigida às condições de trabalho na colheita da cana-de-açúcar, e também preocupação com o meio ambiente.
 - (E) Pesquisas realizadas pela comunidade científica tenta desenvolver projetos sustentáveis de energia inteiramente limpa e renovável.

Atenção: As questões de números 8 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Durante muito tempo os brasileiros conviveram com uma ameaça nascida nos boletins dos censos demográficos. O rápido crescimento da população do país, que aumentou dez vezes entre o início e o fim do século XX, apontava para um futuro em que faltariam alimentos, moradia e infra-estrutura para tanta gente. A bomba populacional foi um risco real para o Brasil e sustentou uma infinidade de apostas sombrias. Essa bomba, porém, foi perdendo força a partir dos anos 70, à medida que um número cada vez maior de mulheres escolheu ter menos filhos. Quase 40 anos depois, essa bomba acaba de ser oficialmente desativada. É uma grande notícia para os brasileiros.

A taxa de fecundidade é o fator que mais influencia a taxa de crescimento populacional de um país. Quando essa taxa de fecundidade cai abaixo do patamar de 2,1, a população cresce em ritmo mais lento e, depois de duas ou três décadas, passa a diminuir de tamanho. Todos os países desenvolvidos, em algum ponto de sua trajetória, tiveram quedas expressivas em seus índices de natalidade. A quantidade de filhos que as mulheres dão à luz tem impacto direto na economia e na sociedade de uma nação. São muitas as razões que levam os casais a formar famílias pequenas. A adesão das mulheres à competitividade no trabalho ou na vida acadêmica é certamente uma delas.

As conseqüências econômicas, sociais, culturais e políticas dessa mudança no tamanho da família brasileira só agora começam a ser medidas em toda a sua extensão. Com a taxa de fecundidade na casa de 1,8 filho por mulher, abre-se para o Brasil o que os especialistas chamam de janela de oportunidade demográfica. Nos próximos anos, com a queda gradual no número de nascimentos, o país terá uma proporção maior de pessoas em idade produtiva – entre 15 e 64 anos. A porcentagem de crianças e idosos que demandam mais investimentos do estado e, em tese, não produzem riqueza, será inferior à existente hoje. Com menor necessidade de gastos com escolas e hospitais, entre muitos outros itens relacionados à promoção do bem-estar de crianças e idosos, torna-se mais fácil para o governo fazer investimentos que produzam riqueza e acumular poupança. Isso vale também para os cidadãos, que podem gastar menos com a educação de crianças e com o sustento e a saúde dos mais velhos.

O resultado dessa equação é o aumento da renda per capita, conta que resulta da divisão de toda a riqueza produzida por um país pelo número de seus habitantes. Quando as riquezas se multiplicam e a população se mantém praticamente estável, a economia adquire vitalidade, criam-se mais empregos e todos ficam mais ricos.

(Paula Neiva e Roberta de Abreu Lima. **Veja**, 30 de julho de 2008, p.94-96, com adaptações)

<p>8. É INCORRETO associar <i>janela de oportunidade demográfica</i> a</p> <p>(A) redução no número de crianças, aumento no número de jovens e de idosos, e possibilidade de maiores investimentos.</p> <p>(B) desenvolvimento econômico e social, ampliação do consumo e bem-estar da população em geral.</p> <p>(C) gastos menores com educação e saúde e participação de número maior de pessoas no mercado de trabalho.</p> <p>(D) maior produção de riqueza, aumento no número de empregos e distribuição mais equitativa da renda.</p> <p>(E) maiores investimentos em infra-estrutura, garantia de atendimento nos hospitais e vagas nas escolas para todas as crianças.</p>	<p>13. ... e <u>sustentou</u> uma infinidade de apostas sombrias. (1ª parágrafo)</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... os brasileiros conviveram com uma ameaça nascida nos boletins dos censos demográficos.</p> <p>(B) A taxa de fecundidade é o fator ...</p> <p>(C) ... a população cresce em ritmo mais lento ...</p> <p>(D) ... tiveram quedas expressivas em seus índices de natalidade.</p> <p>(E) ... e todos ficam mais ricos.</p>
<p>9. O texto aponta, como uma das causas para a redução das taxas de fecundidade,</p> <p>(A) as limitações impostas pelas condições econômicas de grande parcela da população.</p> <p>(B) as decisões tomadas por diversos governantes em relação à prioridade nos investimentos.</p> <p>(C) o aumento da renda da população, especialmente dos mais pobres e menos escolarizados.</p> <p>(D) a maior participação da mulher na universidade e no mercado de trabalho.</p> <p>(E) a participação efetiva dos idosos na renda familiar devido ao envelhecimento da população.</p>	<p>14. Considere o emprego das formas verbais nas frases <u>não produzem riqueza</u> e <u>que produzam riqueza</u>.</p> <p>É correto afirmar que:</p> <p>(A) Ambas as frases apresentam o mesmo sentido, já que se emprega o mesmo verbo, com flexão idêntica.</p> <p>(B) Na 2ª frase, o emprego da forma verbal indica uma possibilidade, enquanto na 1ª, o fato é real e concreto.</p> <p>(C) A mudança de flexão entre <u>produzem</u> e <u>produzam</u> deve-se ao fato de uma forma ser negativa e outra, positiva.</p> <p>(D) Houve equívoco na flexão do verbo, que admite apenas a forma <u>produzem</u>, registrada na 1ª frase.</p> <p>(E) Ambas as formas encontram-se na voz ativa e não aceitam ser transpostas para a voz passiva.</p>
<p>10. O sentido da frase <i>ameaça nascida nos boletins dos censos demográficos</i> é retomado, no texto, pela seguinte afirmação:</p> <p>(A) ... apontava para um futuro em que faltariam alimentos, moradia e infra-estrutura para tanta gente.</p> <p>(B) Essa bomba, porém, foi perdendo força a partir dos anos 70, à medida que um número cada vez maior de mulheres escolheu ter menos filhos.</p> <p>(C) É uma grande notícia para os brasileiros.</p> <p>(D) A taxa de fecundidade é o fator que mais influencia a taxa de crescimento populacional de um país.</p> <p>(E) Todos os países desenvolvidos, em algum ponto de sua trajetória, tiveram quedas expressivas em seus índices de natalidade.</p>	<p>15. <i>Em alguns países da Europa o aumento da população de idosos pesa nas contas públicas.</i></p> <p><i>Seria bem-vinda uma pequena elevação nas taxas de fecundidade em alguns países da Europa.</i></p> <p><i>Em alguns países da Europa, políticas governamentais incentivam a natalidade.</i></p> <p>As frases acima formam um único período, com clareza, correção e lógica, em:</p> <p>(A) Em alguns países da Europa o aumento da população de idosos pesa nas contas públicas, onde seria bem-vinda uma pequena elevação nas taxas de fecundidade, conquanto políticas governamentais incentivam a natalidade.</p> <p>(B) Seria bem-vinda uma pequena elevação nas taxas de fecundidade em alguns países da Europa, com o aumento da população de idosos que pesa nas contas públicas, enquanto que em alguns países da Europa, políticas governamentais incentivam a natalidade.</p> <p>(C) Em alguns países da Europa políticas governamentais incentivam a natalidade, em que pese o aumento da população de idosos nas contas públicas, o que seria bem-vindo com uma pequena elevação nas taxas de fecundidade neles.</p> <p>(D) Em alguns países da Europa seria bem-vinda uma pequena elevação nas suas taxas de fecundidade, com o aumento da população de idosos pesando nas contas públicas, para que as políticas governamentais incentivem a natalidade.</p> <p>(E) Em alguns países da Europa, em que seria bem-vinda uma pequena elevação nas taxas de fecundidade, políticas governamentais incentivam a natalidade, já que o aumento da população de idosos pesa nas contas públicas.</p>
<p>11. A afirmativa correta, em relação ao 2º parágrafo do texto, é:</p> <p>(A) Trata-se de uma longa enumeração de fatos que justificam a diminuição do rigor das previsões catastróficas sobre o Brasil.</p> <p>(B) Introduce uma restrição ao que foi afirmado anteriormente, contestando a última frase do 1º parágrafo.</p> <p>(C) Todo o seu sentido reflete uma intenção explicativa, considerando-se o assunto desenvolvido ao longo do texto.</p> <p>(D) O assunto desenvolvido se desvia da idéia principal do texto, por ter-se deslocado para a situação demográfica de outros países.</p> <p>(E) Retoma, em outras palavras, exatamente o que foi afirmado no 1º parágrafo, para realçar a importância do assunto tratado.</p>	
<p>12. ... será inferior à existente hoje. (3º parágrafo)</p> <p>O emprego do sinal de crase na frase acima indica a presença de um pronome que substitui corretamente a expressão:</p> <p>(A) quantidade de pessoas em idade produtiva.</p> <p>(B) proporção de investimentos do estado.</p> <p>(C) promoção do bem-estar de crianças e idosos.</p> <p>(D) necessidade de gastos com escolas e hospitais.</p> <p>(E) porcentagem de crianças e idosos.</p>	

Atenção: As questões de números 16 a 20 baseiam-se no poema apresentado abaixo.

Balõesinhos

*Na feira livre do arrabaldezinho
Um homem loquaz apregoa balõesinhos de cor:
– “O melhor divertimento para as crianças!”
Em redor dele há um ajuntamento de menininhos
[pobres,
Fitando com olhos muito redondos os grandes balões-
[zinhos muito redondos.
No entanto a feira burburinha.
Vão chegando as burguesinhas pobres,
E as criadas das burguesinhas ricas,
E mulheres do povo, e as lavadeiras da redondeza.
Nas bancas de peixe,
Nas barraquinhas de cereais,
Junto às cestas de hortaliças
O tostão é regateado com acrimônia.*

*Os meninos pobres não vêem as ervilhas tenras
Os tomatinhos vermelhos,
Nem as frutas,
Nem nada.*

*Sente-se bem que para eles ali na feira os balõesinhos
[de cor são a única mercadoria útil e verdadeira-
[mente indispensável.*

*O vendedor infatigável apregoa:
– “O melhor divertimento para as crianças!”
E em torno do homem loquaz os menininhos pobres
[fazem um círculo inamovível de desejo e espanto.*

(Manuel Bandeira. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993, p. 196)

16. De acordo com o poema, os menininhos pobres
- (A) são levados pela fala do vendedor a uma situação além de suas condições financeiras, ao comprarem os balões.
 - (B) surgem em meio às demais pessoas na feira, entre as barracas, aumentando o vaivém e a gritaria reinantes.
 - (C) formam um contraponto às mulheres que fazem compras na feira, por não terem condições de adquirir o que desejam.
 - (D) desmentem a fala do vendedor, pois somente os balõesinhos podem tornar-se objeto de diversão para eles, ali na feira.
 - (E) atrapalham o ritmo natural do movimento da feira, ao permanecerem quietos e imóveis, junto ao vendedor de balões.

17. Conclui-se corretamente do poema que
- (A) o centro das atenções está nos balõesinhos coloridos que as crianças cobiçam, sem possibilidade de realmente obtê-los.
 - (B) a importância da feira consiste em oferecer alimentos saudáveis e acessíveis a uma população de baixa renda.
 - (C) as feiras livres, especialmente as da periferia, constituem pontos de encontro entre pessoas de todas as classes sociais.
 - (D) os vendedores mais espertos e convincentes se aproveitam da inocência típica da infância para conseguir sempre mais lucros.
 - (E) os produtos que são comercializados nas feiras livres, especialmente os alimentos, devem ser úteis a quem os vai comprar.

18. *No entanto a feira burburinha.* (6º verso)
- O verso acima assinala, no poema, a
- (A) retomada, em outras palavras, do que foi dito nos versos anteriores, quanto à descrição das pessoas naquele ambiente.
 - (B) presença dos vendedores que disputam a atenção das mulheres que chegam, como meio de vender rapidamente seus produtos.
 - (C) aproximação entre a gritaria geral em toda a feira e a constância repetitiva da fala do vendedor de balões.
 - (D) oposição entre a movimentação geral na feira e a permanência silenciosa dos meninos em torno do vendedor de balões.
 - (E) influência das mulheres na vida familiar, garantindo uma alimentação adequada às crianças.

19. *Em redor dele há um ajuntamento de menininhos pobres, Fitando com olhos muito redondos os grandes balõesinhos muito redondos.* (4º e 5º versos)
- Percebe-se corretamente dos versos acima que o poeta
- (A) repete palavras indevidamente, numa associação que resulta em estranheza e incoerência, na comparação entre olhos e balões, os dois *muito redondos*.
 - (B) utiliza palavras aparentemente contraditórias, como os *grandes balõesinhos*, para acentuar a importância dos balões a partir do ponto de vista das crianças.
 - (C) comete um equívoco intencional no sentido das palavras ao afirmar que era possível aos meninos fitar os balões *com olhos muito redondos*.
 - (D) atribui ênfase à frustração dos meninos diante dos balões com o emprego do adjetivo *pobres*, que se refere a uns e outros, igualmente.
 - (E) desconsidera a importância do vendedor de balões, ao se referir ao *ajuntamento de menininhos pobres*, que permanecem *em redor dele*.

20. O emprego constante de palavras no sentido diminutivo acentua, no poema,
- (A) a pobreza do ambiente e dos freqüentadores.
 - (B) a algazarra entre feirantes e compradoras.
 - (C) a pouca serventia dos balões coloridos.
 - (D) os preços bastante convidativos dos produtos.
 - (E) a falta de qualidade dos produtos à venda.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. Dentre as principais inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45 pode-se afirmar que
- (A) se criou o Conselho Nacional de Justiça, composto de treze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) a competência para apreciar os pedidos de homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias passou do Superior Tribunal de Justiça para o Supremo Tribunal Federal.
- (C) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) os Tribunais Regionais do Trabalho passaram a ser compostos de, no mínimo, nove juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (E) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
22. Analise as assertivas abaixo sobre o Poder Judiciário.
- I. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- II. As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- III. Na apuração de antiguidade, para promoção, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
- IV. Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por merecimento.
- De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 (B) II, III e IV.
 (C) I, III e IV.
 (D) I, II e IV.
 (E) I e III.

23. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até

- (A) oito meses antes do pleito.
 (B) quatro meses antes do pleito.
 (C) dois meses antes do pleito.
 (D) seis meses antes do pleito.
 (E) três meses antes do pleito.

24. Dentre outras, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) emitir moeda.
 (B) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
 (C) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 (D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
 (E) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

25. No que se refere ao servidor público da administração direta, no exercício de mandato eletivo,

- (A) tratando-se de mandato eletivo federal ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado de seu cargo, emprego ou função, e receberá a remuneração correspondente ao cargo eletivo.
 (C) investido no mandato de Vereador, mesmo havendo compatibilidade de horários, ficará afastado de seu cargo sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 (D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 (E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores não serão determinados como se no exercício estivesse.

Noções de Direito Administrativo

26. Tício, funcionário público federal, requer a contagem de tempo de serviço para aposentadoria. O órgão onde trabalha expede uma certidão nela constando todo o tempo, o que garante a aposentadoria do requerente. Essa certidão contém requisitos e atributos que são peculiares aos atos administrativos, podendo-se apontar, como atributo, dentre outros

- (A) o objeto.
 (B) o motivo.
 (C) a presunção de veracidade.
 (D) a forma.
 (E) a finalidade.

27. Ao praticar um ato administrativo a autoridade deve fazê-lo de acordo com a lei. Quando a lei estabelece todos os requisitos e condições, não deixando ao Administrador nenhuma liberdade de escolha, estamos diante de um ato
- (A) discricionário ou vinculado a critério do agente que pratica o ato.
- (B) discricionário.
- (C) vinculado.
- (D) arbitrário.
- (E) hierárquico.

28. Aquiles, técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, estando em débito com o erário, cujo valor é de R\$ 5.000,00, foi demitido do cargo que vinha ocupando. Nesse caso, Aquiles terá um prazo para a quitação desse débito, que será de
- (A) noventa dias, e a falta de quitação nesse prazo determinará o protesto em Cartório.
- (B) sessenta dias, sendo que a não quitação dentro do prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (C) noventa dias, e a não quitação dentro do prazo justifica o imediato ajuizamento da ação e cobrança.
- (D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a falta de quitação torna o servidor inapto para outros cargos públicos.
- (E) sessenta dias, sendo que a não quitação dentro do prazo implica no arresto ou seqüestro do saldo de sua remuneração.

29. Aretuza, aposentou-se de seu cargo público federal. Posteriormente, foi condenada em processo administrativo por ter recebido propina, em razão de suas atribuições quando estava em atividade. Nesse caso, Aretuza
- (A) responderá apenas criminalmente por ser fato delituoso.
- (B) continua aposentada por não ter mais vínculo funcional.
- (C) será notificada para repor o valor da propina sem outras conseqüências.
- (D) terá cassada sua aposentadoria.
- (E) responderá apenas civilmente para o ressarcimento de terceiros.

30. Dario, titular de cargo efetivo na administração federal, oficiando em processo administrativo e designado para analisar a legitimidade para a interposição de um recurso administrativo, deverá ter conhecimento de que não tem legitimidade para tanto
- (A) as associações, quanto aos direitos difusos.
- (B) os cidadãos, quanto aos interesses difusos.
- (C) aqueles cujos direitos forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (D) os titulares de interesses que forem parte nesse processo.
- (E) as organizações, no tocante a direitos ou interesses individuais.

Noções de Direito do Trabalho

31. Mário falsificou certidão de nascimento de filho para receber salário-família. João utilizou-se do e-mail corporativo da empresa empregadora para enviar material pornográfico. Joana desobedeceu norma de caráter geral da empresa. Nesses casos, Mário, João e Joana, poderão ser dispensados com justa causa pela prática, respectivamente, de ato de
- (A) improbidade, incontinência de conduta e insubordinação.
- (B) improbidade, incontinência de conduta e indisciplina.
- (C) incontinência de conduta, mau procedimento e insubordinação.
- (D) incontinência de conduta, mau procedimento e indisciplina.
- (E) indisciplina, ato lesivo da honra praticado em serviço e insubordinação.

32. Ana, Aline, Diana, Daniela e Dora são empregadas da empresa XXCC. Ana possui um filho com 17 anos de idade. Aline possui um casal de gêmeos com 14 anos de idade. Diana possui uma filha de 13 anos de idade. Daniela possui uma filha de 11 anos de idade e Dora possui um filho inválido com 33 anos de idade.
- Nesses casos, terão direito ao salário-família apenas,
- (A) Aline e Dora.
- (B) Ana, Diana, Daniela e Dora.
- (C) Diana, Daniela e Dora.
- (D) Daniela e Ana.
- (E) Aline e Diana.

33. Carlos, César e Cícero trabalham na empresa DDAA. Durante o período aquisitivo de férias Carlos possuiu 5 faltas injustificadas, César possuiu 12 faltas injustificadas e Cícero possuiu 8 faltas injustificadas. Nesses casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Carlos, César e Cícero terão direito, respectivamente, a
- (A) 24, 18 e 12 dias de férias.
- (B) 30, 24 e 18 dias de férias.
- (C) 24, 18 e 18 dias de férias.
- (D) 30, 24 e 24 dias de férias.
- (E) 30, 24 e 15 dias de férias.

<p>34. Mário, empregado da empresa KILO, registrou sua candidatura como diretor suplente do sindicato de sua categoria de trabalho. Passadas as eleições, Mário recebeu a boa notícia de que havia sido eleito. Neste caso, Mário</p> <p>(A) poderá ser dispensado a qualquer momento, tendo em vista que foi eleito como diretor suplente de sindicato.</p> <p>(B) terá vedada a sua dispensa a partir do registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave.</p> <p>(C) terá vedada a sua dispensa a partir do resultado oficial das eleições até um ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave.</p> <p>(D) terá vedada a sua dispensa a partir do registro de sua candidatura até seis meses após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave.</p> <p>(E) terá vedada a sua dispensa a partir do resultado oficial das eleições até seis meses após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave.</p>	<p>36. A transferência do empregado que labora no período noturno para o período diurno de trabalho</p> <p>(A) não implicará na perda do direito ao adicional noturno, uma vez que a CLT veda a redução salarial.</p> <p>(B) não implicará na perda do direito ao adicional noturno, uma vez que este já se encontrava integralizado no salário do reclamante.</p> <p>(C) implicará na perda do direito ao adicional noturno, mas fará jus o reclamante ao pagamento de multa no valor de três salários mínimos.</p> <p>(D) implicará na perda do direito ao adicional noturno, visto tratar-se de um benefício para a higidez física e mental do trabalhador.</p> <p>(E) implicará na perda do direito ao adicional noturno, mas fará jus o reclamante ao pagamento de multa no valor dos últimos cinco salários recebidos.</p>
<p>35. Considere as assertivas abaixo a respeito da jornada de trabalho.</p> <p>I. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p> <p>II. A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exige o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.</p> <p>III. Os chefes de departamento não possuem direito ao pagamento de horas extras, uma vez que se equiparam aos gerentes.</p> <p>IV. Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.</p> <p>É correto o que se afirma, APENAS, em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p>37. Eduardo solicitou a sua demissão da empresa XCV, tendo em vista que lhe foi oferecida outra oportunidade de trabalho com salário superior ao que está recebendo. Neste caso, Eduardo</p> <p>(A) só poderá deixar de cumprir o aviso prévio se a empresa empregadora autorizar expressamente, não podendo sofrer qualquer desconto no pagamento de suas verbas rescisórias.</p> <p>(B) não poderá deixar de cumprir o aviso prévio, tendo em vista que o empregador necessita deste prazo para recompor o quadro de funcionários da empresa.</p> <p>(C) poderá deixar de cumprir o aviso prévio, mas não poderá sofrer qualquer desconto no pagamento de suas verbas rescisórias, sendo garantia social prevista na Carta Magna.</p> <p>(D) poderá deixar de cumprir o aviso prévio, mas o não cumprimento pode ensejar o desconto de até 30% do salário recebido pelo reclamante.</p> <p>(E) poderá deixar de cumprir o aviso prévio, mas o não cumprimento pode ensejar o desconto dos salários correspondentes ao prazo respectivo.</p> <p>38. A empresa FIGA celebrou contrato de experiência com Ana pelo prazo de 30 dias. Quando terminar o prazo contratado a empresa pretende prorrogar o referido contrato. Neste caso, a empresa</p> <p>(A) poderá prorrogar o contrato uma única vez pelo prazo máximo de 60 dias.</p> <p>(B) não poderá prorrogar o contrato sob pena de ser considerado o contrato por prazo indeterminado.</p> <p>(C) poderá prorrogar o contrato quantas vezes forem necessárias desde que obedeça o prazo máximo total de 120 dias.</p> <p>(D) poderá prorrogar o contrato uma única vez pelo prazo máximo de 90 dias.</p> <p>(E) poderá prorrogar o contrato quantas vezes forem necessárias desde que obedeça o prazo máximo total de 90 dias.</p>

<p>39. Mário, empregado da empresa TITO, será pai pela segunda vez. Porém, seu segundo filho nascerá da união estável que mantém com Joana. Neste caso, Mário</p> <p>(A) terá direito a licença paternidade, podendo não comparecer ao serviço pelo prazo de sete dias.</p> <p>(B) não terá direito a licença paternidade uma vez que não é casado legalmente com Joana.</p> <p>(C) terá direito a licença paternidade, podendo não comparecer ao serviço pelo prazo de três dias.</p> <p>(D) não terá direito a licença paternidade uma vez que a licença paternidade só é devida no nascimento do primeiro filho.</p> <p>(E) terá direito a licença paternidade, podendo não comparecer ao serviço pelo prazo de cinco dias.</p>	<p>42. As exceções de impedimento ou suspeição do juiz de Vara do Trabalho serão julgadas pelo</p> <p>(A) juiz do trabalho especialmente indicado pela Corregedoria Geral do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(B) Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(C) respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(D) Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) Corregedor Geral do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p>
<p>40. De acordo com a CLT, integram o salário, dentre outras verbas, não só a importância fixa estipulada, como também</p> <p>(A) as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado e abonos pagos pelo empregador.</p> <p>(B) as comissões, percentagens, ajudas de custo e diárias para viagens que excedam 50% do salário percebido pelo empregado.</p> <p>(C) as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens que excedam 50% do salário percebido pelo empregado e abonos pagos pelo empregador.</p> <p>(D) as comissões, percentagens, ajudas de custo e diárias para viagens que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado.</p> <p>(E) as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, abonos pagos pelo empregador e as ajudas de custo.</p>	<p>43. Considere:</p> <p>I. Litispendência.</p> <p>II. Conexão.</p> <p>III. Exceção de incompetência relativa do juízo.</p> <p>IV. Carência de Ação.</p> <p>V. Exceção de suspeição.</p> <p>NÃO deverão ser argüidas em contestação a objeções indicadas APENAS em</p> <p>(A) III e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual do Trabalho</p> <p>41. Até o final deste mês, César pretende interpor reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, empresa privada do ramo alimentício. Para comprovar suas alegações pretende arrolar três colegas de trabalho como suas testemunhas. Seu advogado atribuiu à causa o valor de R\$ 15.000,00. Neste caso, a demanda obedecerá o Procedimento</p> <p>(A) Sumaríssimo, mas César só poderá arrolar até no máximo duas testemunhas, havendo expressa determinação legal neste sentido.</p> <p>(B) Sumaríssimo e César poderá arrolar os três colegas de trabalho como testemunhas, sendo três o número legal máximo permitido de testemunhas.</p> <p>(C) Sumaríssimo e César poderá arrolar até no máximo quatro testemunhas, havendo expressa determinação legal neste sentido.</p> <p>(D) Ordinário e César poderá arrolar até no máximo seis testemunhas, havendo expressa determinação legal neste sentido.</p> <p>(E) Ordinário e César poderá arrolar uma testemunha por fato alegado, não havendo limitação legal neste sentido.</p>	<p>44. Márcio laborava para a empresa XWZ na função de auxiliar administrativo, tendo sido dispensado sem justa causa. A empresa empregadora não efetuou corretamente o pagamento das verbas rescisórias, Márcio pretende ingressar com a respectiva reclamação trabalhista. Dessa forma, considerando que Márcio foi dispensado quando laborava em União dos Palmares; que a matriz da empresa XWZ fica na cidade de Maceió; que Márcio foi contratado na filial da empresa em Atalaia e que exerceu suas atividades em Arapiraca nos 2 primeiros anos de sua contratação, de acordo com a CLT, Márcio deverá ingressar com a reclamatória em</p> <p>(A) Atalaia ou Maceió.</p> <p>(B) União dos Palmares.</p> <p>(C) Maceió.</p> <p>(D) Atalaia.</p> <p>(E) União dos Palmares, Maceió ou Arapiraca.</p>

<p>45. Em conformidade com o disposto na CLT, com relação aos Oficiais de Justiça, é correto afirmar:</p> <p>(A) aos oficiais de justiça é vedado fazer citações nos processos de conhecimento em que haja problemas de endereços incorretos.</p> <p>(B) inexistindo oficial de justiça na localidade o magistrado não poderá designar outro funcionário para desempenhar a função, devendo convocar imediatamente a abertura de concurso público específico.</p> <p>(C) no caso de avaliação, os oficiais de justiça terão, em regra, o prazo de oito dias para avaliação dos bens, contados da ciência da penhora.</p> <p>(D) aos oficiais de justiça é vedado trazer testemunha a juízo, devendo apenas notificá-las da data e horário em que devem prestar os respectivos depoimentos.</p> <p>(E) os oficiais de justiça possuem, em regra, nove dias para cumprimento do mandado.</p>	<p>48. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.</p> <p>I. Segundo entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, em regra, não há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.</p> <p>II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.</p> <p>III. O <i>ius postulandi</i> é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.</p> <p>IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.</p> <p>De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>46. De acordo com a CLT e o entendimento Sumulado do TST, a compensação</p> <p>(A) não poderá ser argüida, em nenhum momento, em reclamações trabalhistas.</p> <p>(B) poderá ser argüida em qualquer fase processual, inclusive após o trânsito em julgado de sentença.</p> <p>(C) deverá ser argüida através de exceção.</p> <p>(D) só poderá ser argüida como matéria de defesa na contestação.</p> <p>(E) poderá ser argüida em qualquer fase processual até o trânsito em julgado de sentença.</p>	<p>49. A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência,</p> <p>(A) importará no arquivamento da reclamação, sendo que o reclamante poderá ajuizar nova ação postulando verbas que não foram anteriormente postuladas.</p> <p>(B) importará no arquivamento da reclamação, sendo que o reclamante poderá ajuizar nova ação postulando as mesmas verbas anteriormente postuladas.</p> <p>(C) importará no arquivamento da reclamação, sendo que o reclamante poderá pedir o desarquivamento do processo e continuar com a reclamação.</p> <p>(D) não importa no arquivamento do processo tendo em vista que a ação já tinha sido contestada.</p> <p>(E) importará no reconhecimento da revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.</p>
<p>47. Maria, advogada da empresa Rural, foi intimada pelo Diário Oficial Eletrônico para cumprir determinação de magistrado em cinco dias. Porém, Maria está com dúvidas a respeito da contagem do prazo processual indagando João, seu colega de trabalho, a respeito da respectiva contagem. João deverá responder que os prazos processuais</p> <p>(A) são, em qualquer hipótese, contínuos, irrelevantes e improrrogáveis, por expressa determinação legal.</p> <p>(B) contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e relevantes.</p> <p>(C) contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes.</p> <p>(D) que terminarem aos sábados ou domingos vencerão antecipadamente na primeira sexta-feira antecedente.</p> <p>(E) contam-se com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes.</p>	<p>50. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa DEDE. João, proprietário da empresa, cientificado da respectiva reclamação, contratou advogado na véspera da data designada para a realização da audiência, em que será obedecido o procedimento ordinário. O advogado advertiu João de que teria que apresentar defesa oral em razão da proximidade da contratação. Neste caso, de acordo com a CLT, o advogado</p> <p>(A) não poderá apresentar defesa oral em razão do procedimento ordinário da respectiva reclamação trabalhista.</p> <p>(B) poderá apresentar defesa oral e terá o prazo de 20 minutos para aduzir sua defesa.</p> <p>(C) poderá apresentar defesa oral e terá o prazo de 10 minutos para aduzir sua defesa.</p> <p>(D) não poderá apresentar defesa oral por expressa disposição legal, independentemente do procedimento adotado pela ação reclamatória.</p> <p>(E) poderá apresentar defesa oral e terá o prazo de 30 minutos para aduzir sua defesa.</p>

